

## Materialismo e Materialismo Histórico\*

Anton Pannekoek\*\*

O presente artigo de Pannekoek visa discutir as diferenças entre o materialismo burguês e o materialismo histórico. O artigo possui o incontestável mérito de ir além das concepções de Engels e toda tradição pseudomarxista que emerge após a morte de Marx, resgatando aspectos importantes do materialismo histórico. Contudo, Pannekoek apresenta imprecisão conceitual, o que era comum em seus escritos, bem como confunde algumas coisas. Além disso, ele simplifica algumas questões que são bem mais complexas (tal como se observa na sua discussão sobre prática e verdade, a questão do darwinismo, as concessões ao empirismo, a referência a um “método materialista” e confusão entre materialismo histórico e método dialético) com destaque a sua definição do materialismo burguês – que tem variações e não pode ser reduzido a concepção de que as ideias emanam do cérebro. Isso deriva, em parte, de certa influência das ciências naturais de sua época, que necessitaria ser avaliada criticamente, bem como pouco desenvolvimento de reflexões sobre o método dialético. Uma abordagem mais desenvolvida por Pannekoek, bem como uma análise mais detalhada de sua concepção (presente no prefácio à edição brasileira) pode ser vista no seu livro *Lênin, Filósofo* (Goiânia: Edições Redelp, 2021, no prelo). Essas observações não retiram os méritos do presente artigo que tem alguns momentos excepcionais, tal como quando coloca magistralmente a posição do marxismo diante da religião.

### [I]

A evolução do marxismo até seu estágio atual só pode ser entendida em conexão com os desenvolvimentos sociais e políticos do período em que surgiu. Com a chegada do capitalismo na Alemanha, desenvolveu-se simultaneamente uma oposição crescente ao absolutismo aristocrático existente. A classe burguesa em ascensão precisava de liberdade de comércio, uma legislação favorável, um governo simpático aos seus interesses, além de liberdade de imprensa e de reunião para lutar sem impedimentos por suas necessidades e desejos. Mas a burguesia se viu confrontada, em vez disso, com um

\* O presente texto foi escrito por J. Harper, pseudônimo de Anton Pannekoek. Trata-se de um ensaio publicado na revista *New Essays*, Vol. VI, em 1942. A tradução foi realizada por Jane Helen Gomes de Lima, a partir da versão originalmente publicada em inglês, e a revisão foi realizada por Alexandre Guerra (NT).

regime hostil, uma polícia onipotente e a censura da imprensa que suprimiu todas as críticas ao governo reacionário. A luta entre essas forças, que levou à revolução de 1848, foi conduzida primeiro em um nível teórico, como uma luta de ideias e uma crítica à ideologia dominante. A crítica da jovem *intelligentsia* burguesa foi dirigida principalmente contra a religião e a filosofia hegeliana.

A filosofia hegeliana na qual o autodesenvolvimento do *Espírito Absoluto* cria o mundo que então, como mundo em desenvolvimento, entra na consciência dos homens, era a roupagem filosófica adequada ao cristianismo da Restauração após 1815. A religião, transmitida pelas gerações anteriores, serviu como sempre de base teórica e justificativa para a perpetuação das antigas relações de classe. Já que uma luta política aberta ainda era impossível, a luta contra a oligarquia feudal tinha que ser conduzida de uma forma velada, como um ataque à religião. Essa foi a tarefa do grupo de jovens intelectuais de 1840, entre os quais Marx cresceu e alcançou uma posição de liderança.

Enquanto ainda estudante, Marx se submeteu, embora com relutância, à força do método hegeliano de pensamento e o tornou seu. Que ele tenha escolhido para sua tese de doutorado a comparação de duas grandes filosofias materialistas da Grécia antiga, Demócrito e Epicuro, parece indicar, entretanto, que nos recônditos de sua consciência Marx se inclinava para o materialismo. Pouco depois, ele foi chamado para assumir a redação de um novo jornal fundado pela burguesia oposicionista renana em Colônia. Aqui ele foi atraído para os problemas práticos das lutas políticas e sociais. Ele conduziu tão bem a luta que, após um ano de publicação, o jornal foi proibido pelo Estado. Foi durante este período que Feuerbach deu seu passo final em direção ao materialismo. Feuerbach deixou de lado o sistema fantástico de Hegel, voltou-se para as experiências simples da vida cotidiana e chegou à conclusão de que a religião era uma produção humana. Quarenta anos depois, Engels ainda falava fervorosamente do efeito libertador que a obra de Feuerbach exercia sobre seus contemporâneos e do entusiasmo com que Marx abraçou as novas ideias, apesar de algumas reservas críticas. Para Marx, isso significava uma nova virada na luta social: passando do ataque a uma imagem celestial para o combate aberto

às realidades terrenas. Assim, em 1843 em seu ensaio *Crítica da filosofia do direito de Hegel*,<sup>1</sup> ele escreveu:

No que diz respeito à Alemanha, a crítica da religião está praticamente concluída, e a crítica da religião é a base de toda crítica. [...] A luta contra a religião é a luta contra aquele mundo cujo aroma mental é a religião. [...] A religião é o gemido da criatura oprimida, o sentimento de um mundo sem coração, pois é o espírito de condições sem espírito. É o ópio do povo. A abolição da religião, como felicidade ilusória do povo, é a exigência por sua verdadeira felicidade. A exigência para abandonar as ilusões sobre suas condições é uma exigência para abandonar uma condição que requer ilusões. A crítica da religião contém, portanto, potencialmente a crítica do vale das lágrimas cuja auréola é a religião. A crítica arrancou as flores imaginárias que adornavam a corrente, não que o homem devesse usar seus grilhões despojados de adornos fantasiosos, mas para que se desprendesse da corrente e colhesse a flor viva [...] Assim, a crítica do céu se transforma em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito e a crítica da teologia em crítica da política.

A tarefa enfrentada por Marx era investigar as realidades da vida social. Seu estudo da Revolução Francesa e do socialismo francês, bem como da economia política inglesa e do movimento operário inglês, em colaboração com Engels durante sua estadia em Paris e Bruxelas, levou a uma maior elaboração da doutrina conhecida como *Materialismo Histórico*. Como a doutrina do desenvolvimento social por meio das lutas de classes, encontramos a teoria exposta em *A Miséria da Filosofia* (1846), no *Manifesto Comunista* (1847) e no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859).

Os próprios Marx e Engels referem-se a este sistema de pensamento como materialismo em oposição ao idealismo de Hegel e dos neo-hegelianos. O que eles entendem por materialismo? Engels, discutindo os problemas teóricos fundamentais do materialismo histórico em seu *Anti-Dühring* e em seu livreto sobre Feuerbach, afirma nesta última publicação:

A grande questão básica de toda filosofia, especialmente da filosofia moderna, é a que diz respeito à relação entre pensar e ser [...] Aqueles que afirmaram o primado do espírito à natureza e, portanto, em última instância, assumiram a criação do mundo em alguma forma ou outra -

---

<sup>1</sup> Trata-se de “Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. Esse texto foi escrito posteriormente à “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, para lhe servir de introdução, mas Pannekoek colocou o título da obra mais extensa ao se esquecer de acrescentar o termo “introdução”. Sobre esta obra de Marx, cf. MARX, Karl. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: MARX, Karl; VIANA, Nildo. *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, o Manifesto Inaugural do Materialismo Histórico*. Goiânia: Edições Redelp, 2020 (RMA).

compreendiam o campo do idealismo. Os outros, os que consideravam a natureza como o primário, figuram nas diversas escolas do materialismo.

Que não só a mente humana está ligada ao cérebro, mas também que o homem com seu cérebro e mente é parte integrante do resto do reino animal e do mundo inorgânico, era uma verdade evidente para Marx e Engels. Esta concepção é comum a todas as “escolas do materialismo”. O que distingue o materialismo marxista de outras escolas deve ser apreendido de suas várias obras polêmicas que tratam de questões práticas da política e da sociedade. Para Marx, o pensamento materialista era um método de trabalho. Em seus escritos, ele não trata de filosofia nem formula o materialismo em um sistema filosófico; ele o está utilizando como um método para o estudo do mundo e, portanto, demonstra sua validade. No ensaio citado acima, por exemplo, Marx não destrói a filosofia hegeliana do direito por meio de disputas filosóficas, mas por meio de uma crítica aniquiladora das condições reais existentes na Alemanha.

O método materialista substitui sofismas filosóficos e disputas em torno de conceitos abstratos pelo estudo do mundo material real. Feuerbach precedeu Marx nesse aspecto, na medida em que foi o primeiro a apontar que os conceitos e ideias religiosas derivam de condições materiais. Tomemos alguns exemplos para elucidar esse ponto. A afirmação “O homem propõe, Deus dispõe”, o teólogo interpreta do ponto de vista da onipotência de Deus. O materialista, por outro lado, busca a causa da discrepância entre expectativas e resultados e a encontra nos efeitos sociais da troca de mercadorias e da competição. O político debate a conveniência da liberdade e do socialismo; o materialista pergunta: de quais indivíduos ou classes surgem essas demandas, que conteúdo específico elas têm e à que necessidade social elas correspondem? O filósofo, em especulações abstratas sobre a essência do tempo, busca estabelecer se o tempo absoluto existe ou não. O materialista compara os relógios para ver se pode ser estabelecido sem reservas que dois fenômenos ocorrem simultaneamente ou se sucedem.

Feuerbach também utilizou o método materialista. Ele viu no homem vivo a fonte de todas as ideias e conceitos religiosos. A validade de seu materialismo, entretanto, dependia de se ele teve sucesso em apresentar uma interpretação clara e abrangente da religião. Um materialismo que deixa o problema obscuro é insuficiente e levará de volta ao idealismo. Marx salientou que o mero princípio de tomar o homem como ponto de

partida para a investigação não é suficiente para levar à clareza. Em suas teses sobre Feuerbach em 1845, ele formulou a diferença essencial entre seu método materialista e o de Feuerbach. Citamos:

“Feuerbach resolve a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais.” (Tese 6) “Sua obra consiste na dissolução do mundo religioso em seu fundamento secular. Ele negligencia o fato que após completado este trabalho ainda fica por fazer o principal. Pois o fato de que o fundamento secular se eleva acima de si mesmo e se estabelece nas nuvens como um reino independente só pode ser explicado pela autoclivagem e autocontradições dessa base secular. É esta mesma, portanto, que tem de ser primeiramente entendida na sua contradição e então, pela remoção da contradição, revolucionada na prática” (Tese 4).

Resumidamente, o homem só pode ser entendido como um ser social. Do indivíduo, deve-se prosseguir para a sociedade e dissolver as contradições sociais a partir das quais a religião se desenvolveu. O mundo real, que é o mundo sensorial e material, onde toda ideologia e consciência têm sua origem, é a sociedade humana – com a natureza como pano de fundo, é claro, como a base sobre a qual a sociedade repousa e da qual é uma parte alterada pelo homem.

Uma apresentação destas ideias pode ser encontrada no livro *A Ideologia Alemã*, escrito em 1845-1846. A parte que trata de Feuerbach, porém, foi publicada pela primeira vez em 1925 por Riazanov, então chefe do Instituto Marx-Engels em Moscou. A obra completa não foi publicada até 1932. Aqui, as teses sobre Feuerbach são elaboradas em maior extensão. Embora seja aparente que Marx escreveu com bastante pressa, ele não obstante fez uma apresentação brilhante de todas as ideias essenciais sobre a evolução da sociedade que, mais tarde, encontraram mais iluminação no panfleto de propaganda *O Manifesto Comunista* e no prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

*A Ideologia Alemã* é dirigida, em primeiro lugar, contra a visão teórica que considerava a consciência originadora e que as ideias desenvolvidas a partir de outras ideias como os únicos fatores que determinam a história humana. Marx não tem nada além de desprezo por este ponto de vista. “Os fantasmas formados no cérebro humano”, diz ele na página 14, “são sublimações necessárias do processo de vida material, empiricamente verificável ligado a premissas materiais”. Era essencial enfatizar o mundo real, o mundo material e empiricamente dado como a fonte de toda ideologia. Mas

também era preciso criticar as teorias materialistas que culminaram em Feuerbach. Como um protesto contra a ideologia, o retorno ao homem biológico e às suas necessidades físicas é correto, mas tomar o indivíduo como um ser abstrato não oferece uma solução para a questão de como e por que as ideias religiosas se originam. A sociedade humana em sua evolução histórica é a única realidade que controla a vida humana. A vida mental do homem só pode ser explicada pela sociedade. Feuerbach, ao tentar encontrar uma explicação para a religião por um retorno ao homem “real”, não encontrou o homem real, porque o buscou no indivíduo, no ser humano em geral. A partir dessa abordagem, o mundo das ideias não pode ser explicado. Assim, ele foi forçado a recorrer à ideologia do amor humano universal. “Na medida em que Feuerbach é um materialista”, disse Marx, “ele não lida com a história, e na medida em que considera a história, ele não é um materialista” (*A Ideologia alemã*, p. 37-38).

O que Feuerbach não realizou foi realizado pelo materialismo histórico de Marx: uma explicação do desenvolvimento das ideias do homem a partir do mundo material. O desenvolvimento histórico da sociedade é apresentado de maneira brilhante na seguinte frase: “[...] Os homens, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, alteram, junto com isso, sua existência real, seu pensamento e os produtos de seu pensamento” (*A Ideologia alemã*, p. 14). Conhecemos a realidade apenas por meio da experiência que, como mundo externo, chega até nós por meio de nossos sentidos. Uma teoria filosófica do conhecimento será então baseada neste princípio: o mundo material, dado empiricamente, é a realidade que determina o pensamento.

O problema epistemológico básico sempre foi qual verdade pode ser atribuída ao pensamento. O termo “crítica do conhecimento”, usado pelos filósofos profissionais para “teoria do conhecimento”, já implica um ponto de vista de dúvida. Em sua segunda e quinta teses sobre Feuerbach, Marx se refere a esse problema e novamente aponta que a atividade prática do homem é o conteúdo essencial de sua vida.

“A questão de saber se ao pensamento humano pode ser atribuída uma verdade objetiva não é teórica, mas sim *prática*. É na prática que o homem deve demonstrar a veracidade, isto é, a realidade e o poder, o “caráter terreno” do seu pensamento. (Tese 2) [...] “Feuerbach, não satisfeito com o *pensamento abstrato*, apela para o *conhecimento sensível*, mas ele não concebe o mundo sensível como uma atividade humana sensível prática.” (Tese 5).

Por que prático? Porque o homem, em primeiro lugar, deve viver. Seu organismo biológico, suas faculdades e habilidades e toda sua atividade são adaptados para este fim. Com isso, ele deve se adaptar e se afirmar no mundo externo, ou seja, na natureza, e como um indivíduo na sociedade, bem como com sua faculdade de pensar, a atividade do órgão do pensamento, o cérebro, e com o próprio pensamento. O pensamento é uma faculdade corporal. Em todas as fases da vida, o homem usa seu poder de pensamento para tirar conclusões de suas experiências nas quais as expectativas e esperanças são construídas e que regulam seu modo de vida e suas ações. A exatidão de suas conclusões, condição para sua sobrevivência, é determinada pelo próprio fato de seu ser. O pensamento é uma adaptação proposital à vida e, portanto, a verdade pode ser atribuída a ele, embora não a verdade em um sentido absoluto. Mas, com base em suas experiências, o homem deriva generalizações e leis nas quais se baseiam suas expectativas. Elas geralmente estão corretas, como é testemunhado por sua sobrevivência. Em casos particulares, entretanto, falsas conclusões podem ser derivadas e, conseqüentemente, obtém-se fracasso e destruição. A vida é um processo contínuo de aprendizagem, adaptação e desenvolvimento. A prática por si só é o teste implacável da exatidão do pensamento.

Vamos primeiro considerar isso em relação às ciências naturais. Aqui o pensamento encontra na prática sua forma mais pura e abstrata. É por isso que os filósofos da natureza aceitam essa forma como o objeto de suas observações e não prestam atenção à sua semelhança com o pensamento de cada indivíduo em sua atividade cotidiana. Contudo, o pensamento no estudo da natureza é apenas um campo especial altamente desenvolvido de todo o processo de trabalho social. Este processo de trabalho exige um conhecimento exato de fenômenos naturais e sua integração em leis, para que seja possível utilizá-las com sucesso no campo da técnica. A determinação destas leis através da observação de fenômenos específicos é a tarefa dos especialistas. No estudo da natureza geralmente aceita-se que a prática, nesse caso a experiência, é o teste da verdade. Aqui, também, é aceito que regularidades observadas, conhecidas como “leis naturais”, são geralmente guias bastante confiáveis para a prática humana e, embora frequentemente não sejam totalmente corretas e até mesmo decepcionantes, são constantemente aprimoradas e elaboradas através do progresso da ciência. Se às vezes o homem é referido como o

“legislador da natureza”, deve-se acrescentar que a natureza muitas vezes desconsidera essas leis e convoca o homem a fazer outras melhores.

A prática da vida, entretanto, compreende muito mais do que o estudo científico da natureza. A relação do cientista natural com o mundo, apesar de sua experiência, permanece sensorial-observacional. Para ele, o mundo é uma coisa externa. Mas, na realidade, as pessoas lidam com a natureza em suas atividades práticas agindo sobre ela e tornando-a parte de sua existência: por meio de seu trabalho, o homem não se opõe à natureza como um mundo externo ou estranho. Pelo contrário, com o trabalho de suas mãos, ele transforma o mundo externo a tal ponto que a substância natural original não é mais discernível e, enquanto esse processo avança, o homem também muda. Assim, o homem cria seu próprio mundo: a sociedade humana em uma natureza modificada por ele. Qual o significado, então, da questão de saber se seu pensamento leva à verdade? O objeto de seu pensamento é aquilo que ele próprio produz por meio de suas atividades físicas e mentais e que controla por meio de seu cérebro. Não se trata de verdades parciais como, por exemplo, aquelas de que Engels escreveu em seu livro sobre Feuerbach que a produção artificial do corante natural *alizarina* provaria a validade da fórmula química empregada<sup>2</sup>. Não se trata, repetindo, de uma questão de verdades parciais em um campo específico do conhecimento, onde a consequência prática as afirma ou as refuta. Ao invés disso, o ponto em questão aqui é filosófico, a saber, se o pensamento humano é capaz de abranger o real, a verdade mais profunda do mundo. Que o filósofo, em seu estudo isolado, que se preocupa exclusivamente com os conceitos filosóficos abstratos, que por sua vez são derivados de conceitos científicos abstratos também formulados fora das experiências práticas de vida, tenha suas dúvidas em meio a este mundo de sombras é facilmente compreendido. Mas para os seres humanos que vivem e agem no mundo real cotidiano, a pergunta não tem sentido. A verdade do pensamento, diz Marx, nada mais é do que poder e domínio sobre o mundo real.

---

<sup>2</sup> Esta fórmula não provou – como Engels acreditava – a validade do materialismo em comparação com a “coisa em si” de Kant. A “coisa em si” resulta da incapacidade da filosofia burguesa de explicar a origem terrena da lei moral. A “coisa em si”, portanto, não foi contradita e provada falsa pela indústria química, mas pelo materialismo histórico. Foi o último que permitiu a Engels ver a falácia da “coisa em si”, embora ele oferecesse outros argumentos (NA).



Claro que esta afirmação contém uma contradição: não se pode dizer que o pensamento seja verdadeiro onde a mente humana não domina o mundo. Sempre que – como Marx apontou em *O Capital* – os produtos da mão do homem crescem além de seu poder intelectual, que ele não mais controla e que o confronta na forma de produção de mercadorias e capital como uma entidade social independente, dominando o homem e até ameaçando destruí-lo, então sua atividade mental se submete ao misticismo de um ser sobrenatural e ele começa a duvidar de sua capacidade de distinguir a verdade da falsidade. Assim, no decorrer de muitos séculos, o mito da divindade sobrenatural obscureceu as experiências materialistas diárias do homem. Somente quando a sociedade tenha evoluído a um ponto onde o homem será capaz de compreender todas as forças sociais e terá aprendido a dominar seu ambiente – não até que uma sociedade comunista prevaleça, em suma – suas ideias estarão em total acordo com as realidades do mundo. Somente depois que a natureza da produção social como base fundamental de toda a vida e, portanto, do desenvolvimento futuro se tornou clara para o homem, somente quando a mente – seja apenas teoricamente no início – realmente dominar o mundo, só então nosso pensamento estará totalmente correto. E só então o materialismo, a ciência da sociedade como foi formulada por Marx, ganhará domínio permanente e se tornará a única filosofia aplicável. A teoria marxista da sociedade significa, em princípio, a renovação da filosofia.

Marx, entretanto, não estava preocupado com filosofia pura. “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras, mas a questão é mudá-lo”, diz ele nas teses sobre Feuerbach. A situação mundial pressionava por ações práticas. A princípio inspirados pela oposição burguesa ao absolutismo feudal, mais tarde reforçada pelas novas forças que emanaram da luta do proletariado inglês e francês contra a burguesia, Marx e Engels, graças ao seu estudo cuidadoso das realidades sociais, chegaram à conclusão de que a revolução proletária seguindo os passos da revolução burguesa traria a verdadeira libertação da humanidade. Sua atividade foi devotada a esta revolução, e no *Manifesto Comunista* eles estabeleceram as primeiras direções para a luta de classe dos trabalhadores.

Desde então, o marxismo está inseparavelmente ligado à luta de classes do proletariado. Se perguntarmos o que é o marxismo, devemos primeiro entender que ele não significa tudo o que Marx pensou e escreveu. As opiniões do jovem Marx, por

exemplo, são representativas apenas em parte; são fases de desenvolvimento que conduzem ao marxismo. Embora o papel da luta da classe proletária e o objetivo do comunismo já estejam delineados no *Manifesto Comunista*, a teoria do mais-valor é desenvolvida muito mais tarde. Todas as ideias em desenvolvimento de Marx são determinadas pela relação social, o caráter da revolução, o papel desempenhado pelo Estado. E todas essas ideias tinham um conteúdo diferente em 1848, quando o proletariado havia apenas começado a se desenvolver comparado ao que viria a ser mais tarde ou hoje em dia. De vital importância, entretanto, são as contribuições científicas originais de Marx. Em primeiro lugar, existe a teoria do materialismo histórico, segundo a qual o desenvolvimento da sociedade é determinado por suas forças produtivas que constituem um determinado modo de produção, especialmente por meio da força produtiva das lutas de classes. Existe a teoria da determinação de todos os fenômenos políticos e ideológicos da vida intelectual em geral pelas forças e relações produtivas. E há a apresentação do capitalismo como fenômeno histórico, a análise de sua estrutura pela teoria do valor e mais-valor, e a explicação das tendências evolutivas do capitalismo através da revolução proletária rumo ao comunismo. Com essas teorias, Marx enriqueceu permanentemente o conhecimento da humanidade. Eles constituem o fundamento sólido do marxismo. A partir dessas premissas, outras conclusões podem ser derivadas em circunstâncias novas e alteradas. Por causa dessa base científica, o marxismo é uma nova maneira de olhar para o passado e o futuro, o sentido da vida, o mundo e o pensamento; é uma revolução mental, uma nova visão do mundo. Como visão da vida, porém, o marxismo só é real por meio da classe à qual ele adere. Os trabalhadores que estão imbuídos desta nova visão tornam-se conscientes de si mesmos como a classe do futuro, crescendo em número, força e consciência, lutando para tomar a produção em suas próprias mãos e, através da revolução, tornarem-se donos de seu próprio destino. Assim, o marxismo, como teoria da revolução proletária, é uma realidade e, ao mesmo tempo, uma força viva, apenas nas mentes e nos corações do proletariado revolucionário.

No entanto, o marxismo não é uma doutrina inflexível ou um dogma estéril. A sociedade muda, o proletariado cresce, a ciência se desenvolve. Novas formas e fenômenos surgem no capitalismo, na política, na ciência, que Marx e Engels não poderiam ter previsto ou presumido. Mas o método de pesquisa que eles formaram

permanece até hoje um excelente guia e ferramenta para a compreensão e interpretação de novos eventos. O proletariado, enormemente incrementado sob o capitalismo, hoje está apenas no limiar de sua revolução e desenvolvimento marxista; o marxismo só agora começa a desempenhar seu papel de força viva no proletariado. Assim, o próprio marxismo é uma teoria viva que cresce com o aumento do proletariado e com as tarefas e objetivos da luta de classes.

## II

Para voltar à cena política de onde surgiu o marxismo, é preciso notar que a revolução de 1848 não cedeu todo o poder político à burguesia. Mas depois de 1850 o capitalismo se desenvolveu fortemente na França e na Alemanha. Na Prússia, o Partido Progressista começou sua luta por um estado constitucional, cuja fraqueza interna se tornou evidente mais tarde quando o governo, no interesse do militarismo, atendeu às demandas da burguesia por um Estado nacional forte. Movimentos pela unidade nacional dominaram a cena política da Europa Central. Em todos os lugares, com exceção da Inglaterra, onde já detinha o poder, a burguesia em ascensão lutou contra as condições feudal-absolutistas.

A luta de uma nova classe pelo poder no estado e na sociedade é, simultaneamente, em sua forma conceitual, sempre uma luta por uma nova visão de mundo. Os antigos poderes só podem ser derrotados quando as massas se levantam contra eles ou, pelo menos, não os obedecem mais. Portanto, era necessário que a burguesia assegurasse para si a adesão do proletariado à sociedade capitalista. Para tanto, as velhas ideias dos camponeses e da pequena burguesia tiveram que ser destruídas e suplantadas por novas ideologias burguesas. O próprio capitalismo forneceu os meios para esse fim.

As ciências naturais são a base mental do capitalismo. Do desenvolvimento dessas ciências depende o progresso técnico que impulsiona o capitalismo. A ciência, portanto, era tida em alta conta pela jovem classe burguesa. Ao mesmo tempo, essa ciência os libertou dos dogmas convencionais incorporados ao domínio do feudalismo. A conclusão tirada das investigações científicas estimulou uma nova visão da vida e do mundo e forneceu à burguesia os argumentos necessários para desafiar os antigos poderes feudais. A nova visão de mundo foi disseminada pela burguesia entre as massas. Ao campesinato e ao artesão pequeno-burguês pertence a fé bíblica herdada. Mas assim que os filhos dos

camponeses ou artesãos proletarizados se tornam trabalhadores industriais, eles aceitam facilmente as ideias do desenvolvimento capitalista; mesmo aqueles que permanecem em corporações pré-capitalistas são atraídos pela visão mais liberal da burguesia.

A luta intelectual foi principalmente uma luta contra a religião. O credo religioso é a ideologia das condições passadas; é a tradição herdada que mantém as massas em submissão aos antigos poderes e que deveria ser derrotada. A luta contra a religião era uma necessidade social. Teve que assumir formas variadas com condições variadas. Nos países onde a burguesia já havia atingido o poder total, como por exemplo na Inglaterra, a luta não era mais necessária e a burguesia prestava homenagem à Igreja estabelecida. Apenas entre as classes médias baixas e entre os trabalhadores o movimento radical encontrou alguma adesão. Mas onde a indústria e a burguesia tiveram que lutar pela emancipação, proclamaram um cristianismo ético e liberal em oposição à fé ortodoxa. Onde a luta contra uma classe real e aristocrática ainda poderosa era difícil e exigia o máximo esforço e força, a nova visão de mundo teve que assumir formas extremas de radicalismo e deu origem ao materialismo burguês. Isso acontecia em grande parte na Europa Central. Não é por acaso que a propaganda mais popular do materialismo (Von Moleschot, Vogt, Büchner) se originou aqui. Ele também encontrou eco em outros países. Além desses panfletos radicais, apareceu uma rica literatura de esclarecimento e popularização das modernas descobertas científicas, todas concebidas como armas na luta para libertar as massas urbanas, os operários e o campesinato dos grilhões mentais da tradição e torná-los seguidores da burguesia progressista. A intelectualidade burguesa, professores, engenheiros, médicos, etc., foram os propagandistas mais zelosos do novo esclarecimento.

A essência da ciência natural foi a descoberta das leis que operam na natureza. Um estudo cuidadoso dos fenômenos naturais revelou regularidades recorrentes que permitiam previsões científicas. O século 17 já conhecia a lei galileana da queda dos corpos e a nova lei da gravidade, as leis de Kepler dos movimentos planetários, a lei de Snell da refração da luz e a lei de Boyle da densidade do gás. Finalmente, no final do século, veio a descoberta da lei da gravidade por Newton que, em uma extensão muito maior do que todas as descobertas anteriores, exerceu uma influência tremenda no pensamento filosófico dos séculos 18 e 19. Enquanto as outras eram regras que nem

sempre eram absolutamente corretas, a lei da gravidade de Newton provou ser a primeira lei natural real e universalmente aplicável que possibilitou medições corretas de corpos cósmicos, apesar de todas as suas irregularidades. A partir disso, desenvolveu-se a concepção de que todos os fenômenos naturais seguem leis definidas e fixas. Nas regras de causalidade da natureza: a gravidade é a causa da queda dos corpos, a gravidade causa os movimentos dos planetas. Todos os fenômenos que ocorrem são efeitos totalmente determinados por suas causas, não permitindo livre-arbítrio, acidente ou capricho.

Essa ordem fixa da ciência natural estava em contraste direto com as doutrinas religiosas tradicionais em que Deus, como um soberano despótico, governa arbitrariamente o mundo e dispõe de fortuna e infortúnio como bem entende, atinge seus inimigos com raios e pestilência, e recompensa outros com milagres. Milagres são contraditórios com a ordem fixa da natureza; milagres são impossíveis, e todos os relatos sobre eles na Bíblia são fábulas. As interpretações bíblicas e religiosas da natureza pertencem a uma época em que um modo de produção agrícola primitivo prevalecia sob o domínio de um déspota absoluto. A filosofia natural da burguesia em ascensão, com suas leis naturais controlando todos os fenômenos, pertence a uma nova ordem de Estado e sociedade onde o governo arbitrário do déspota é substituído por leis válidas para todos.

A filosofia natural da Bíblia que afirma que a teologia é uma verdade divina e absoluta, é a filosofia natural da ignorância que foi enganada pelas aparências externas, que viu a terra imóvel como o centro do universo e sustentou que toda matéria criada também era perecível. A experiência científica mostrou, ao contrário, que a matéria que aparentemente desapareceu (como por exemplo na combustão) na verdade se transforma em formas gasosas, invisíveis. As escalas demonstraram que não ocorreu redução do peso total neste processo e que, portanto, nenhuma matéria desapareceu. Essa descoberta foi generalizada em um novo princípio: a matéria não pode ser destruída, sua quantidade permanece sempre constante, apenas sua forma e combinações sofrem mudanças. Isso é válido para cada elemento químico; seus átomos constituem as pedras de toque imutáveis de todos os corpos. Assim, a ciência natural com sua teoria da conservação da matéria, da eternidade da natureza, se opôs ao dogma teológico da criação do mundo há 6.000 anos.

A matéria não é a única substância considerada imperecível pela ciência. Desde meados do século 19, a lei conhecida como conservação de energia passou a ser considerada o axioma fundamental da física moderna. Aqui, também, uma ordem da natureza fixa e de longo alcance foi observada; em todas as ocorrências acontecem mudanças na forma de energia: calor e movimento, tensão e atração, energia elétrica; mas a quantidade total nunca muda. Esse princípio levou a uma compreensão do desenvolvimento dos corpos cósmicos, o Sol e a Terra, à luz dos quais todas as afirmações da teologia pareciam a conversa de uma criança gaga.

De consequência ainda maior foram as descobertas científicas sobre a posição do homem no mundo. A teoria darwiniana da origem das espécies, que mostrava a evolução do homem a partir do reino animal, estava em completa contradição com todas as doutrinas religiosas. Mas mesmo antes de Darwin, descobertas em biologia e química revelaram a identidade orgânica de todas as criaturas vivas e humanas com a natureza inorgânica. O protoplasma, a substância albuminosa da qual as células de todos os seres vivos são compostas e da qual toda a vida depende, consiste nos mesmos átomos que todas as outras matérias. O intelecto humano, que foi elevado à divindade pela doutrina teológica da alma imortal, está intimamente ligado às propriedades físicas do cérebro; todos os fenômenos mentais são o acompanhamento ou o efeito de ocorrências materiais nas células cerebrais.

O materialismo burguês tirou as conclusões mais radicais dessas descobertas científicas. Tudo o que é mental é meramente o produto de processos materiais; as ideias são a secreção do cérebro, assim como a bile é a secreção do fígado. Que a religião – disse Büchner – continue falando sobre a precibilidade da matéria e a imortalidade da alma; na realidade, é o contrário. Com a menor mudança ou lesão no cérebro, tudo o que é mental desaparece, não resta absolutamente nada do espírito quando o cérebro é destruído, enquanto a matéria, da qual é composto, é eterna e indestrutível. Todos os fenômenos vivos, incluindo as ideias humanas, têm sua origem nos processos químicos e físicos da substância celular; eles diferem de matéria não viva apenas em sua maior complexidade. Em última análise, é preciso voltar à dinâmica e aos movimentos dos átomos, ou seja, explicar tudo com base nos átomos.

Tendo chegado a essas conclusões, o materialismo natural não era mais capaz de se manter. Afinal, as ideias são diferentes da bile e secreções corporais semelhantes; a mente não pode simplesmente ser colocada na mesma categoria como força ou energia. Se a mente é o produto do cérebro, que difere apenas em grau de outros tecidos e células, então, deve-se concluir, algo de uma mente deve também – por uma questão de princípio – ser encontrado em cada célula animal. E porque a substância celular é apenas um agregado de átomos, mais complexa, mas não fundamentalmente diferente de outra matéria, a conclusão deve ser que algo daquilo que chamamos de mente já está presente no átomo: em cada partícula minúscula da matéria deve haver um traço da substância mental. Encontramos essa teoria da “alma-átomo” nas obras de Ernst Haeckel, enérgico propagandista de Darwin e corajoso combatente do dogmatismo religioso, que era odiado e desprezado por seus contemporâneos reacionários. Haeckel não considerava mais sua visão filosófica como materialismo, mas a chamou de monismo – por incrível que pareça, pois sua filosofia vê a existência dual de mente e matéria até mesmo nos menores elementos do mundo.

O materialismo dominou a ideologia da classe burguesa por muito pouco tempo. Apenas até o momento em que a burguesia acreditasse que sua sociedade com seus direitos de propriedade privada, sua liberdade pessoal e livre competição, através do desenvolvimento da indústria, da ciência e da técnica, poderia resolver os problemas da vida de cada cidadão, é que ela poderia presumir que seus problemas teóricos poderiam ser resolvidos pelas ciências naturais, sem a necessidade de recorrer a quaisquer poderes sobrenaturais e mentais. Tão logo, entretanto, se tornou evidente que o capitalismo não poderia resolver os problemas de vida das massas, como foi mostrado pelo acirramento das lutas de classes do proletariado, a confiante filosofia materialista desapareceu. O mundo estava novamente cheio de contradições e incertezas insolúveis, de forças sinistras que ameaçavam a estabilidade social. A burguesia recorreu mais uma vez a todos os tipos de credos e superstições religiosas. Intelectuais burgueses e cientistas naturais renderam-se à influência de tendências místicas. Eles descobririam rapidamente as várias fraquezas e lacunas da filosofia materialista e fizeram discursos sobre as “limitações das ciências naturais” e o insolúvel “mistério da vida”.

Apenas uma pequena minoria dos membros mais radicais da classe média baixa ainda se apegava às velhas soluções políticas do capitalismo inicial e continuava a ter respeito pelo materialismo científico natural. Também entre a classe operária em ascensão, o materialismo encontrou um terreno fértil. Os anarquistas têm sido seus seguidores mais convictos. Os operários social-democratas receberam a interpretação do marxismo e as conclusões do materialismo natural com igual interesse. Práticas capitalistas, experiências cotidianas e discursos teóricos sobre a natureza da sociedade contribuíram muito para minar a religião tradicional. A necessidade de esclarecimento científico cresceu e os operários se tornaram os leitores mais zelosos das obras de Büchner e Haeckel. Enquanto a doutrina marxista determinava a ideologia prática, política e social dos trabalhadores, uma compreensão mais ampla se afirmava apenas gradualmente; poucos se deram conta do fato de que o materialismo burguês há muito estava desatualizado e ultrapassado pelo materialismo histórico. Isto, a propósito, concorda com o fato de que o movimento da classe operária não tinha alcançado uma posição que a permitisse destruir o capitalismo, e sua luta de classes serviu somente para assegurar um lugar melhor para si dentro da sociedade capitalista. Assim, as soluções democráticas oferecidas pelo jovem movimento burguês foram consideradas ainda válidas para a classe operária também. A compreensão total da teoria marxista revolucionária só é possível em conexão com a prática revolucionária.

Onde reside a contradição entre o materialismo burguês e o materialismo histórico?

Ambos os conceitos concordam na medida em que são filosofias materialistas, isto é, ambos reconhecem a realidade da natureza e a primazia do mundo externo; ambos reconhecem que os fenômenos mentais, sensação, consciência e ideias são derivados dos primeiros. Sua oposição repousa nisto: o materialismo burguês se baseia nas ciências naturais, o materialismo histórico é principalmente a ciência da sociedade. Os cientistas naturais burgueses observam o homem apenas como um objeto da natureza – o mais elevado dos animais –, determinado por leis naturais. Para uma explicação da vida e ação do homem, eles empregam leis biológicas gerais e, em um sentido mais amplo, as leis da química, da física e da mecânica. Com esses meios, pouco pode ser realizado no sentido de compreender fenômenos e ideias sociais. O materialismo histórico, por outro lado,



expõe as leis evolucionárias específicas da sociedade humana e mostra a interconexão entre as ideias e a sociedade.

O axioma do materialismo, de que o mental é determinado pelo mundo material, tem, portanto, significados inteiramente diferentes para as duas doutrinas. Para o materialismo burguês, significa que as ideias são produtos do cérebro, da estrutura e da composição da substância cerebral, em última instância, da dinâmica dos átomos do cérebro. Para o materialismo histórico, significa que as ideias do homem são determinadas por seu ambiente social. A sociedade é o seu ambiente que atua sobre ele por meio dos órgãos dos sentidos. Isto postula uma abordagem totalmente diferente do problema e uma direção de pensamento diferente; conseqüentemente, também uma teoria diferente do conhecimento. Para o materialismo burguês, a questão do significado do conhecimento é uma questão da relação dos fenômenos mentais com os fenômenos físico-químicos-biológicos na massa cinzenta. Para o materialismo histórico, é uma questão de relação das ideias em nossa mente com os fenômenos que vemos como o mundo externo.

No entanto, a posição do homem na sociedade não é puramente a de um ser observador, mas a de uma força dinâmica que reage ao meio ambiente e o modifica. A sociedade é a natureza transformada pelo trabalho. Para o cientista natural, a natureza é a realidade objetivamente dada que ele observa e que atua sobre ele por meio de seus sentidos. Para ele, o mundo externo é o elemento ativo e dinâmico, enquanto a mente é o elemento receptivo. Destaca-se, assim, que a mente é apenas um reflexo, uma imagem do mundo externo, como Engels o expressou ao apontar a contradição entre as filosofias materialista e idealista. Mas a ciência do naturalista é apenas uma parte de toda a atividade humana, apenas um meio para um fim muito maior. É a parte anterior, passiva de sua atividade, que é seguida pela parte ativa: a elaboração técnica, a produção e a transformação do mundo pelo homem.

O homem é, em primeiro lugar, um ser ativo. No processo de trabalho, ele utiliza seus órgãos e aptidões com o objetivo de construir e refazer constantemente seu ambiente.

Por isso, ele não só inventou os órgãos artificiais que chamamos de instrumentos, mas também treinou suas aptidões físicas e mentais para que lhe servissem como auxiliares eficazes na preservação de sua vida e na reação eficaz ao seu ambiente natural. Seu órgão principal é o cérebro, cuja tarefa, pensar, é uma atividade física apropriada

tanto quanto qualquer outra. O produto mais importante da atividade do pensamento, a ação efetiva da mente sobre o mundo, é a ciência que, como instrumento mental, fica ao lado dos instrumentos materiais e é, ela mesma, uma potência produtiva, que constitui, como base da tecnologia, uma parte essencial do aparato produtivo.

O materialismo histórico vê os resultados da ciência, conceitos, substâncias, leis e forças naturais, embora formados pela natureza, como antes de tudo produtos do trabalho mental da humanidade. O materialismo burguês, por outro lado, do ponto de vista das ciências naturais vê tudo isso como pertencente à natureza que foi descoberta e trazida à luz apenas pela ciência. Os cientistas naturais consideram as substâncias imutáveis, matéria, energia, eletricidade, gravidade, éter, a lei da gravitação, a lei da entropia, etc., como os elementos básicos do próprio mundo, como a realidade, aquilo que deve ser descoberto. Do ponto de vista do materialismo histórico, entretanto, esses são produtos que a atividade mental criativa forma a partir da substância dos fenômenos naturais.

Outra diferença reside na dialética que o materialismo histórico herdou de Hegel. Engels apontou que a filosofia materialista do século 18 desconsiderou a evolução; no entanto, a evolução torna o pensamento dialético indispensável. Desde então, materialismo histórico e dialética se tornaram sinônimos. Supõe-se que o caráter dialético do materialismo histórico é melhor descrito quando referido como a teoria do desenvolvimento. No entanto, o processo de evolução também era conhecido pelas ciências naturais do século 19. Os cientistas estavam bem familiarizados com o crescimento da célula em um organismo complexo, a evolução das espécies animais expressa na origem das espécies e a teoria da evolução do mundo físico conhecida como a lei da entropia. Mas seu método de raciocínio não era dialético. Eles acreditavam que seus conceitos eram objetos concretos e consideravam suas identidades e opostos como absolutos. Conseqüentemente, a evolução do universo, bem como o progresso contínuo do conhecimento, trouxe à tona contradições na teoria do conhecimento, das quais muitos exemplos foram citados por Engels em seu *Anti-Dühring*. A compreensão em geral e a ciência em particular segregam e sistematizam em conceitos e leis definidas o que no mundo real dos fenômenos ocorre em fluxo e transição contínuos. Por meio dos nomes, por meio dos quais a linguagem separa e define a sequência dos eventos, todas as ocorrências que caem em um determinado grupo são consideradas semelhantes e

imutáveis. Como conceitos abstratos, eles diferem drasticamente, mas na realidade eles convergem e se fundem. As cores azul e verde são distintas uma da outra, mas nas nuances intermediárias ninguém pode dizer definitivamente onde termina uma cor e a outra começa. Não se pode afirmar em que ponto durante seu ciclo de vida uma flor começa ou deixa de ser uma flor. Que na vida prática o bem e o mal não são opostos absolutos e que a maior justiça pode se tornar a maior injustiça é reconhecido todos os dias, assim como a liberdade jurídica pode se transformar em seu oposto. O pensamento dialético corresponde à realidade na medida em que leva em consideração que o finito não pode explicar o infinito, nem o estático o mundo dinâmico; que todo conceito tem que se desenvolver em novos conceitos ou mesmo em seu oposto. O pensamento metafísico, por outro lado, leva a afirmações e contradições dogmáticas porque vê as concepções como entidades fixas. Metafísico, isto é, não-dialético, o pensamento considera os conceitos formulados pelo pensamento como conceitos independentes que constituem a realidade do mundo. A ciência natural propriamente dita não sofre muito com essa deficiência. Ela supera as dificuldades e contradições na prática na medida em que o próprio processo de desenvolvimento a obriga a revisar continuamente suas formulações e conceitos, para ampliá-los, fragmentando-os em maiores detalhes, para modificar ainda mais suas formulações para dar conta das novas mudanças e encontrar novas fórmulas para acréscimos e correções, aproximando dessa maneira cada vez mais a imagem do modelo original, o mundo fenomênico. A falta de raciocínio dialético torna-se perturbadora apenas quando o naturalista passa de seu campo específico de conhecimento para a filosofia e teoria gerais, como é o caso do materialismo burguês.

Assim, por exemplo, a teoria da origem das espécies muitas vezes levou à noção de que a mente humana, tendo evoluído da mentalidade animal, é qualitativamente idêntica a esta última e difere dela apenas quantitativamente. Por outro lado, a diferença qualitativa realmente experimentada entre a mente humana e a animal foi desenvolvida pela doutrina teológica, ao pregar a imortalidade da alma, ao nível de uma antítese absoluta. Em ambos os casos, não há pensamento dialético segundo o qual substâncias de origem e propriedade semelhantes se diferenciam no processo de crescimento e adquirem novas propriedades, comandando novas definições e exibindo características inteiramente

novas, embora a propriedade original não desapareça completamente, nem sejam transformadas na antítese completa do padrão original.

É metafísico e não-dialético considerar o pensamento como sendo o produto de processos cerebrais idênticos aos produtos de outros órgãos, ou assumir que a mente, por ser uma qualidade da substância material, é uma qualidade característica de toda matéria.

É metafísico e não dialético identificar o pensamento porque é o produto dos processos cerebrais com os produtos de outros órgãos, ou assumir que a mente, por ser uma qualidade da substância material, é uma qualidade característica de toda matéria. Também é falso pensar que porque a mente é algo diferente da matéria, ela deve ser absolutamente e totalmente diferente dela, que não há transição e conexão entre ambas, de modo que um dualismo de mente e matéria, alcançando os átomos, permanece afiado e intransponível. Do ponto de vista da dialética, a mente incorpora todos aqueles fenômenos que chamamos de mentais que, no entanto, não podem ser levados além de sua existência real nos animais vivos mais inferiores. Nesse caso, o termo mente torna-se questionável, pois os fenômenos mentais desaparecem gradualmente em mera percepção de sentido, nas formas simples de vida. A qualidade característica da “mente”, que está lá ou não, não existe na natureza; mente é apenas um nome que anexamos a uma série de fenômenos definidos, alguns dos quais entendemos claramente, outros apenas parcialmente.

Aqui a própria vida oferece uma analogia próxima. Seguindo do menor organismo microscópico para bactérias invisíveis ainda menores, finalmente chegamos a moléculas albuminosas muito complicadas que se enquadram na esfera da química. Onde a matéria viva deixa de existir e a matéria morta começa não pode ser determinado; fenômenos mudam gradualmente, tornam-se simplificados, ainda são análogos e já são diferentes. Isso não significa que não sejamos capazes de determinar linhas de demarcação; é simplesmente um fato que a natureza não conhece fronteiras. A questão sobre o que é ou não é o fenômeno vida, não existe na natureza; novamente a vida é apenas um nome, um conceito que formamos para compreender os vários aspectos diferentes da realidade. Como o materialismo burguês lida com a vida, a morte e a mente como se fossem realidades independentes, é obrigado a trabalhar com opostos insuperáveis, enquanto a natureza consiste em processos transitórios incontáveis.

A diferença entre o materialismo burguês e o materialismo histórico remete a visões filosóficas básicas. O materialismo burguês é ilusório e incompleto, em contraste com o materialismo histórico, que é abrangente e completamente realista. Da mesma forma, o movimento da classe burguesa, cuja teoria foi o materialismo burguês, representava uma emancipação limitada e ilusória em contraste com a completa e real libertação por meio da luta de classe proletária. A diferença entre os dois conceitos mostra-se praticamente em sua posição em relação à religião. O materialismo burguês pretendia superar a religião. No entanto, uma visão particular não pode ser suprimida por mera argumentação; cada argumento encontra um contra-argumento. Somente quando é mostrado por que, e sob quais condições, uma certa visão era necessária, pode essa visão ser derrotada. Deve-se mostrar que sua base era meramente histórica. Assim, a luta da ciência natural contra a religião tinha sentido apenas na medida em que crenças religiosas primitivas estavam preocupadas com, por exemplo, a quebra da ignorância e superstição em relação a fenômenos naturais como trovões e relâmpagos. A teoria da sociedade burguesa poderia destruir as teorias da economia agrícola primitiva. Mas a religião na sociedade burguesa está ancorada em suas forças sociais ignoradas e incontroláveis. O materialismo burguês é incapaz de lidar com essas forças. O materialismo histórico, por outro lado, explica e mostra por que a religião foi, para certas épocas e classes, uma forma necessária e indispensável de pensamento. Ele desvela a base social da religião. Só assim seu poder pode ser quebrado. O materialismo histórico não luta diretamente contra a religião; a partir de sua posição superior, entende e explica a religião como um fenômeno natural dentro de formas sociais definidas. Ele enfraquece o pensamento religioso através dessa visão, e é capaz de prever que, com a formação de uma nova sociedade, a religião desaparecerá. Da mesma forma, o materialismo histórico explica, também, a manifestação temporária do materialismo dentro da sociedade burguesa, bem como o retrocesso dessa classe burguesa em misticismo e tendências religiosas. Essas tendências, com certeza, não perturbam a aptidão burguesa para pensar em termos de acirradas oposições, mas substituem a antiga atmosfera de esperança e garantia por um ceticismo e pessimismo que fala da insolubilidade dos problemas mundiais. O materialismo histórico também explica seu próprio crescimento entre a classe operária como sendo devido não aos seus argumentos antirreligiosos, mas ao reconhecimento em desenvolvimento dos

reais poderes na sociedade. Assim, a influência da religião é enfraquecida e desaparecerá com a revolução proletária, expressão teórica da qual é o materialismo histórico.